

A Educação, responsabilidade primeira da Família

Conferência no Encontro das Equipas de Nossa Senhora – Lisboa

Lisboa, Colégio de São João de Brito, 05 de Junho de 2010

1. Na sua recente Visita Apostólica a Portugal, o Santo Padre Bento XVI manifestou profundo apreço pelas iniciativas da Igreja em Portugal “que visam tutelar os valores essenciais e primários da vida, desde a sua concepção, e da família, fundada sobre o matrimónio indissolúvel de um homem com uma mulher” e sublinhou que as mesmas “ajudam a responder a alguns dos mais insidiosos e perigosos desafios que hoje se colocam ao bem comum. Tais iniciativas constituem, juntamente com muitas outras formas de compromisso, elementos essenciais para a construção da civilização do amor”¹.

Reflectir, na actualidade, sobre a **família**, na **perspectiva cristã**, implica, por razões da influência da mutação cultural sobre a realidade da família, a audácia de quem habita na barca Pedro, navegando em mar encapelado. A confiança que Cristo transmitiu aos seus discípulos, atemorizados com a violência da tempestade, acalma os nossos possíveis temores. De facto também Ele nos interroga: “Por que temeis, homens de pouca fé?” (Mt 8, 26).

¹ Bento XVI. *Discurso no Encontro com as organizações da Pastoral Social*. Fátima, 13 de Maio de 2010.

E um novo balanço de confiança na luta pela construção e pela fidelidade das famílias cristãs, nasce da estima e do apoio claro que o sucessor de Pedro manifestou em relação às iniciativas da Igreja em Portugal neste campo.

No atravessar dos mares agitados da história actual, atravessada por uma cultura do “humanismo exclusivo”, que recusa Deus no horizonte humano, muitas famílias desorientam-se e outras perdem-se. Mas, um número significativo de famílias persegue corajosamente os fins do matrimónio cristão, como caminho de santidade, à maneira do fermento que transforma a sociedade e prepara a civilização do amor (cf. Mt 13, 33), e da luz que brilha sobre os corações fechados no individualismo egoísta, luz essa que os opositores, teimosamente, se esforçam por colocar debaixo do alqueire (cf. Mt 5, 14-15).

2. A educação é um **direito-dever dos pais**

Este princípio está consagrado na nossa Constituição da República e é claramente afirmado nos documentos do magistério da Igreja.

Vejamos:

* Na **Constituição da República**, podemos ler:

- “**Os pais** têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos”².
- “**A família**, como elemento fundamental da **sociedade**, tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros”³. Por

² Artº 36º, n. 5.

³ Artº 67º, n. 1.

isso, incumbe ao Estado, para protecção da família, “cooperar com os pais na educação dos filhos”⁴.

* E os **documentos da Igreja** são claros:

- A educação é um **direito inalienável** de “todos os homens de qualquer estirpe, condição e idade, visto que gozam da dignidade de pessoa humana”, o qual deve ser urgentemente acessível a todos, para que possam beneficiar dos “justos benefícios da educação e da instrução”⁵.
- “**Os pais**, que transmitem a vida aos filhos, têm uma gravíssima obrigação de educar a prole e, por isso, devem ser reconhecidos como os seus **primeiros e principais educadores**”⁶.

Cada um dos deveres humanos comporta um direito correlativo.

O **direito-dever educativo dos pais** é:

- Essencial, ligado que está à transmissão da vida humana;
- Original e primário, em relação ao dever educativo dos demais, pela unicidade da relação de amor entre pais e filhos;
- Insubstituível e inalienável, não podendo ser totalmente delegado ou usurpado por outros⁷.

3. Tendo os pais esta responsabilidade, a **família** é a primeira comunidade educativa.

Convém, no entanto precisar o que se entende por **educação**.

O Papa Bento XVI diz-nos, na sua mais recente Encíclica:

⁴ *Ibid.* n. 2, al. d).

⁵ Concílio Vaticano II. Declaração *Gravissimum Educationis*, 1.

⁶ Concílio Vaticano II. Constituição *Gaudium et Spes*, 2.

⁷ cf. João Paulo II, Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, 36.

“Com o termo «educação», não se pretende referir apenas à instrução escolar ou à formação para o trabalho – ambas, causas importantes de desenvolvimento –, mas à formação completa da pessoa”⁸.

À luz deste pensamento, a educação dirige-se ao crescimento harmonioso e integrado de todas as dimensões que constituem a pessoa: corporal-biológica, psico-relacional e espiritual-transcendente.

A educação olha, pois, o ser humano no seu todo, na sua globalidade. É um processo de elevação, de aperfeiçoamento do ser humano. É construir humanidade, “aprender a ser”.

Mas, para que a educação consiga atingir plenamente esta sua finalidade, o Papa alerta para o seguinte:

“Para educar, é preciso saber bem quem é a pessoa humana, conhecer a sua natureza. A progressiva difusão de uma visão relativista desta coloca sérios problemas à educação, sobretudo à educação moral, prejudicando a sua extensão a nível universal”⁹.

4. A concepção cristã da família e da educação e a fidelidade a um projecto de vida nela baseada são constantemente questionadas e provadas no actual contexto de permanente **mudança cultural**. Enumeremos alguns aspectos dessa mudança que põem à prova os cristãos e que frequentemente causam hesitações, fragilizam as convicções, levam a assumir a mentalidade do mundo e até conduzem a rupturas matrimoniais:

⁸ Bento XVI (2009). Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, 61.

⁹ *Ibid.*

- A sobrevalorização do **indivíduo** e a conseqüente redução da liberdade à dimensão individual, dificulta o entendimento da vida como dom, que amadurece e se aperfeiçoa pelo assumir da cruz, e retira a força para a aposta em compromissos familiares definitivos. Cria, por outro lado, um clima alargado de tolerância face às rupturas dos compromissos;

- Um conceito deturpado de **autonomia** do homem, em nome da qual a verdade é reduzida à dimensão subjectiva e a natureza humana rejeitada como fonte de orientação para o caminhar.

- A ênfase dada ao momento **presente**: desligada de uma tradição, que se quer rejeitar, e de um futuro de plenitude, com metas definidas, para nós, cristãos, a história perde o sentido porque as decisões, destituídas desse horizonte de futuro, se reduzem ao imediatismo e ao pragmatismo.

Estes aspectos estão na base do **relativismo moral**, da contestação do **modelo tradicional de família**, da cobertura institucional de relações afectivas, a que impropriamente se dá o nome de família, e, em última análise, de sobrevalorização de aspectos negativos da vida da Igreja, para travar o passo à sua influência cultural na sociedade, a que se associa o crescimento da nossa tradicional estatização do ensino.

É neste mundo concreto, obra criada por Deus, que amamos e devemos configurar com o Seu desígnio, que somos chamados a ser educadores, preparando as novas gerações, e a ser educados, porque a educação abrange toda a vida.

O Papa João Paulo II lembrava, na Carta às Famílias, os dois valores fundamentais que hão-de estar presentes na educação, porque correspondem a necessidades vitais do homem: a **verdade**, porque “o homem é chamado a viver na verdade”, e o **amor**, porque “cada homem se realiza através do dom sincero de si. Isto vale tanto para quem educa como para quem é educado”. A educação supõe e estabelece uma comunhão de pessoas: “O *educador* é uma pessoa que «*gera*» em *sentido espiritual*. Nesta perspectiva, a *educação pode ser considerada um verdadeiro e próprio apostolado*. É uma comunicação vital, que não só constrói uma relação profunda entre educador e educando, mas fá-los, a ambos, participar na verdade e no amor, meta final à qual cada homem é chamado por Deus Pai, Filho e Espírito Santo. A paternidade e a maternidade supõem a coexistência e a interacção de sujeitos autónomos”¹⁰.

Por aqui se conclui que a educação é sempre um processo de crescimento formativo, **com** valores e **para** a plenitude dos valores, e que na comunhão que o processo educativo exige e é gerador, há uma dinâmica de interactividade centrada na relação pais-filhos, onde todos são, de certo modo, educados. Esta relação resulta mais valorizada e fecunda quando envolve outros familiares, das gerações precedentes e das seguintes.

¹⁰ João Paulo II. *Carta às Famílias. 1994-Ano da Família*, 16.

5. Um estudo recente sobre a **condição juvenil portuguesa**¹¹ revela que uma das características fundamentais da juventude actual – cujos limites etários estabelece entre os 15 e os 29 anos – é a de ser um conjunto social muito heterogéneo e diversificado, devido sobretudo a dois factores: as características sociais, económicas e geográficas e o processo constante de desenvolvimento. “A existência dos jovens não é estática: é uma trajectória imprevisível, traçada pelos acontecimentos e pelos próprios jovens, faz com que eles próprios constantemente se tornem diferentes de si próprios, mesmo enquanto cada um continua a ser ele mesmo. Seu ser é uma força viva em marcha (...) O jovem não surge no ser senão para acrescentar ser ao que ele é. O jovem é um ser em ‘devir’. Uma descrição neste momento pode ser obsoleta no seguinte”¹².

Apesar dessa heterogeneidade que leva os investigadores a falarem de **culturas juvenis** e não de cultura juvenil, há **traços gerais** da população juvenil que estudos europeus sistematizam com os quais se identifica a nossa juventude¹³. Vejamos alguns deles:

- As formas de **lazer**: as saídas, a prática do desporto, as leituras, o gosto pela televisão e o vídeo, a música, as práticas como amadores, nas áreas literárias e artísticas. E podemos acrescentar as formas de comunicação por via das novas tecnologias;

¹¹ Cf. Ferreira, V.S. (Coord.). (2006). *A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio*. Ed.: Instituto Português da Juventude.

¹² Charboneau, In Abrunhosa e Sousa, M. Critérios para uma definição de Juventude. *Communio*, Revista Internacional Católica, 6/1995, p. 495.

¹³ Cf. Campiche, R.J. (Dir.). (1997). *Cultures Jeunes e Religions en Europe*. Paris: Éditions du Cerf, p. 27.

- As **relações sociais**, particularmente os encontros entre pares, que constituem uma instância de socialização, quase autónoma.

Pode conduzir à construção de um “estilo”, muitas vezes marcado pelos elementos da cultura de consumo e de massas.

É um dado novo, que pode significar a perda da influência da família ou, simplesmente, um risco de isso acontecer, pelo que importa acautelar rupturas, pelo acolhimento e o diálogo no seio familiar;

- A **ausência de conflitos** inter-geracionais, devido à maior tolerância dos pais e a certo alheamento dos jovens em relação à influência familiar.

Constatamos, com certa frequência situações de adolescentes que estão na fase do despertar para as relações amorosas, cujos pais, simultaneamente, buscam construir novas relações amorosas, o que pode acarretar, para as gerações mais novas dificuldades de realização do necessário confronto com adultos afectivamente estáveis;

- O apreço pelos valores de **hedonismo** e de **solidariedade**, entre os quais balançam os jovens, sem encontrarem nisso contradição.

Notemos como se valorizam as sensações (‘sinto, logo existo’), em coexistência, até, com tantas formas generosas de solidariedade, de que o voluntariado é uma expressão relevante;

- A busca de **autonomia** na construção da identidade e de um estilo de vida próprio, com tendência a rejeitar apropriar-se de valores e critérios de vida, por mera comunicação mecânica, via tradição.

Estas características, a que poderíamos naturalmente acrescentar outras, embora revelem alguma ambivalência no plano dos valores,

devem ser objecto de discernimento no contexto familiar, para se descobrir nelas potencialidades para o desenvolvimento harmonioso dos jovens. Mas isso depende, em primeiro lugar, das disposições dos próprios jovens de caminharem num processo de interiorização, selecção e compromisso, mas também da atitude dos educadores, que devem orientá-los e empenhar-se para que as ofertas sociais tenham mais em vista a formação dos jovens do que interesses económicos e ideológicos.

6. Como já vimos, os pais são os primeiros e principais educadores dos filhos. No entanto, dado que não conseguem, por si sós, responder a todos os requisitos da dinâmica educativa, concretamente nos domínios da transmissão de conhecimentos e duma integração social alargada, “partilham a sua missão educadora com outras pessoas e instituições, tais como a Igreja e o Estado; todavia, isto deve verificar-se sempre na correcta aplicação do *princípio da subsidiariedade*. Este implica a legitimidade e mesmo o ónus de oferecer ajuda aos pais, mas encontra no direito prevalecente deles e nas suas efectivas possibilidades o seu limite intrínseco e intransponível. O princípio da subsidiariedade põe-se, assim, ao serviço do amor dos pais, indo ao encontro do bem do núcleo familiar”¹⁴.

Neste campo, no conjunto das instituições da sociedade, assume particular relevo a **escola**.

¹⁴ João Paulo II. *Ibid.*

7. É frequente dizer-se que a escola está em **crise**, e é verdade.

A escola precisa de ser repensada, tendo em vista aprofundar a sua missão e melhorar a qualidade da sua actividade. É uma tarefa que ultrapassa o âmbito das respostas às necessidades imediatas; aponta para a descoberta de caminhos de construção do futuro.

Para o fazer, impõe-se abordar a escola no seu enquadramento social e considerá-la na sua missão subsidiária da família e da sociedade. Deste modo se poderá, também, abrir caminho para a recuperação da dignidade que a escola, como instituição, merece. Dignidade, essa, ofuscada, ou perdida, dada a incapacidade de a escola responder a uma multiplicidade de questões e problemas que, impropriamente, lhe têm sido postos sobre os ombros, e de satisfazer às conseqüentes expectativas do público, em geral.

Torna-se, pois, indispensável conjugar uma **triangulação cooperante: escola – família – comunidade**.

A escola e a sociedade estão em constante interacção. “Há um reenvio constante de um termo ao outro: os problemas da escola são os da sociedade, os da sociedade projectam-se na escola”¹⁵.

As profundas transformações culturais que se verificam na sociedade actual repercutem-se, também, na escola e acrescentam-lhe dificuldades.

A escola não pode limitar-se a receber os influxos da sociedade, ela própria deve influenciar a sociedade. A sua função não se reduz à preparação dos jovens para se integrarem e serem parte activa na

¹⁵ Guy Coq. *Educação e democracia: uma relação problemática?* Conferência proferida no Fórum *Pensar a Escola, Preparar o Futuro*. Lisboa, 22-24 de Janeiro de 2010, p. 1 (tradução provisória)

sociedade. É preciso ir mais longe, prepará-los para serem criadores de uma nova sociedade, através de uma nova cultura.

A função da escola não é reproduzir a sociedade, é ser potencial de inovação. Por isso, a sua finalidade é dupla: na medida em que serve os indivíduos, através deles serve a sociedade.

8. Falámos na necessidade de articular de forma harmoniosa a escola, a família e a sociedade. É uma exigência da vida actual, que a proximidade de pessoas, grupos e instituições proporcionada pela globalização, se converta em cooperação. Por isso, a missão educativa deve concretizar-se num **trabalho em rede**.

A partir da comunidade – do *ambiente particular ou de tarefa*, mais próximo e imediato, e da *sociedade em geral* –, sobressaem, pelo papel educativo, o mundo associativo juvenil e a pluralidade de outras instituições, ambientes e recursos técnicos a que acedem os jovens.

Neste âmbito, assumem uma influência, que exige um sério discernimento os *media*: os clássicos (imprensa, cinema, rádio e televisão) cruzam-se com os novos meios informáticos (Web group, newsletter, motores de busca, CD, DVD, IPOD, internet, intranet, jornais digitais, blog...).

“Se se admite a ideia dos três espaços, concordando eu com um terceiro espaço multiforme que tenha como característica essencial e comum distinguir-se claramente da família e da escola, sai-se do face a face exclusivo família-escola no que diz respeito à educação. A questão da partilha educativa coloca-se então a três, o que enriquece as relações

possíveis (...) Cada um cumprirá da melhor forma a sua tarefa se reconhecer a rica complementaridade das outras instâncias (...) Pensar a educação em termos de espaços distintos, obriga cada espaço a colocar a questão dos limites (...) Se no conjunto, os espaços sociais não assumirem a sua quota-parte na tarefa de educação, a escola não poderá assegurar a parte que lhe é própria”.¹⁶

Mas, se esta relação a três é indispensável no processo educativo, a relação de colaboração específica entre a escola e a família, dada a natureza e a responsabilidade primária desta e o papel de extensão subsidiária daquela, merece o primeiro destaque.

9. No seio dos espaços variados e do ambiente multicultural em que se processa a vida actual, a **família** é a comunidade humana onde de forma espontânea e gratuita, cada um, logo ao nascer é reconhecido no seu carácter individual, irrepetível e insubstituível. Ela deve continuar a ser o espaço da aquisição das regras básicas da vida e das tradições familiares e a “igreja doméstica”, onde se inicia a educação religiosa, se descobrem os valores e os critérios morais e se cultiva a opção vocacional.

“Mesmo quando se transforma e se encaminha pela sua própria estrada, o jovem continua a pertencer intimamente ligado às suas *raízes existenciais*”¹⁷.

¹⁶ Guy Coq. *Ibid.*, p. 4.

¹⁷ João Paulo II, *Ibid.*

Laboratório da vida, a família será sempre, também, **porto de abrigo**, espaço ideal onde se reúne o que anda disperso, se elaboram as sínteses vitais, se retemperam as energias e se nutre a esperança.

Caríssimos membros das Equipas de casais de Nossa Senhora, de Lisboa,

O Santo Padre, em Fátima, dirigiu aos bispos de Portugal, estas palavras:

“Há necessidade de verdadeiras testemunhas de Jesus Cristo, sobretudo nos meios humanos onde o silêncio da fé é mais amplo e profundo: políticos, intelectuais, profissionais da comunicação que professam e promovem uma proposta monocultural com menosprezo pela dimensão religiosa e contemplativa da vida. Em tais âmbitos, não faltam crentes envergonhados que dão as mãos ao secularismo, construtor de barreiras à inspiração cristã. Entretanto, Amados Irmãos, aqueles que lá defendem com coragem um pensamento católico vigoroso e fiel ao Magistério continuem a receber o vosso estímulo e palavra esclarecedora para, como leigos, viverem a liberdade cristã”.

Em resposta a este mandato do Santo Padre, aqui vos transmito o meu reconhecimento pela coragem com que lutais pela promoção e defesa do projecto de cristão de vida familiar, em ambientes quantas vezes indiferentes ou hostis.

Sei que na vivência das Equipas, partilham-se alegrias e preocupações, procura ler-se as realidades de vida à luz da fé, que se aprofunda e celebra, esclarecem-se dúvidas e apuram-se critérios de actuação. Elas

são uma força que revigora as famílias e que alimenta e estimula o testemunho cristão de cada um dos seus membros, nos meios onde a vida se processa.

Continuai, pois, o vosso trabalho, tão útil para vós como para as gerações mais novas, a quem é preciso passar o testemunho, mas também para a Igreja e para a renovação da sociedade.

Tomaz Pedro Barbosa Silva Nunes

Bispo Auxiliar de Lisboa